

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília

Class.: 26

Data: 12 de setembro de 1985

Pg.: _____

BIRD pode retirar o 4468 apoio ao Polonoroeste

A situação dos índios Rikbatsa, cujo território está ocupado há um mês pela PM de Mato Grosso e jagunços da Fazenda São Marcos, a retirada ilegal de madeira na área dos Mekem e a concessão de certidão negativa na terra dos Salumã podem determinar a suspensão de recursos do Banco Mundial para o Polonoroeste. A informação é da antropóloga Betty Mindlin, uma das encarregadas de fazer avaliação do Polonoroeste nas áreas indígenas.

Os documentos de avaliação são feitos por técnicos do Banco Mundial e antropólogos brasileiros e analisados pelo Bird em Washington. Em fevereiro desse ano, o banco suspendeu os recursos do Polonoroeste depois de ser informado que o governo brasileiro ainda não havia demarcado a reserva dos Uru-eu-wau-wau e homologa a demarcação da reserva Nambiqyara. Em julho os recursos voltaram a ser alocados, mas com a próxima avaliação, o Polonoroeste corre o risco de não receber dinheiro.

"Nós não queríamos que o Banco Mundial suspendesse os recursos, porque a punição atinge também os colonos. Queremos apenas que o governo brasileiro, mais precisamente o Ministério do Interior, assuma a responsabilidade de encaminhar as questões indígenas com mais dignidade. Afinal de contas, quem fez o projeto foi o Brasil e agora não cumpre os acordos com o Banco Mundial na questão indígena, como está previsto no convênio assinado pelo nosso governo", afirmou Betty Mindlin, criticando a forma como vem sendo conduzida a política indigenista.

Outro antropólogo também encarregado da avaliação Mauro Leonel,

lamentou as demissões da Funai, afirmando que os demitidos são "justamente aqueles que, nos últimos meses, vinham praticando uma política séria de demarcação".

"É lamentável - disse o antropólogo - que o ministro do Interior promova uma operação de vendetta ideológica, tomando partido entre clãs indigenistas. Ele acabou com o início da competência que existia na Funai e no Departamento de Patrimônio Indígena".

Reforma

A perspectiva de implantação da reforma agrária está levando alguns grandes proprietários de terra a não renovar os contratos de arrendamentos com os agricultores que trabalham nas fazendas pagando pelo uso da terra. As denúncias têm chegado ao Ministério de Reforma Agrária vindas de todos os pontos do País.

No Maranhão, 70 mil famílias de camponeses, no vale do Mearim já tiveram seus contratos suspensos e estão sem terra para trabalhar. A mesma situação se repete no Paraná e em São Paulo, nos municípios de Dracena e Andradina. Além disso, os arrendatários paulistas estão sendo vítimas de extorsão das financeiras.

A denúncia foi feita ontem por Gilberto Miele, da Associação dos Agricultores do Oeste Paulista, que foi recebido pelo ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, a quem encaminhou pedido dos agricultores que querem rolar a dívida junto aos bancos.

Os agricultores encaminharam carta ao presidente José Sarney onde pedem tempo para pagar a dívida e "condições para plantar".